

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, ~~DA ÁREA DE AÇÃO~~, DO PRAZO
DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E ~~DA ÁREA DE AÇÃO~~**

Art. 1º A Cooperativa de Crédito Credirochas - Sicoob Credirochas, CNPJ nº 03.358.914/0001-17, constituída em 12/04/1999, neste Estatuto Social designada simplesmente de *Cooperativa*, é instituição financeira não bancária, sociedade ~~de~~ *pessoas cooperativa* de responsabilidade limitada, *de pessoas*, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

I. sede, administração e foro jurídico ~~em na~~ Rua 25 de Março, nº 29, Centro, CEP 29.300-100 na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES;

~~IV. II.~~ área de ação, para fins de instalação de dependências ~~físicas~~, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Barra Mansa, Volta Redonda, Quatis, Rio Claro, Porto Real, Resende, Itatiaia, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Barra do Piraí, Valença, Paracambi, Vassouras, Cachoeiras de Macacu, Piraí, Guapimirim, Miguel Pereira, Itaguaí, Niterói, Rio de Janeiro, e Vassouras; e o município de São José dos Campos no Estado de São Paulo

~~II. III.~~ prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.

Parágrafo único §-1º A área de ação deve ser homologada pelo SICOOB CENTRAL ES, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~§ 2º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II deste artigo, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme a regulamentação em vigor.~~

Comentado [LDSO1]: Transferido para o Art. 2º § 1º

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º A *Cooperativa* tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais ~~de outras~~ operações e serviços permitidos às ~~que venham a ser permitidas às sociedades~~ cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:

- ~~I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado de crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;~~
- I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;
- ~~II. prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;~~
- II. o desenvolvimento de programas de:
 - a) poupança e de uso adequado de crédito;
 - b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.
- ~~III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.~~

Comentado [LDSO2]: Este texto foi reformulado nos incisos seguintes, deste artigo.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~§ 1º No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os princípios cooperativistas.~~

§ 1º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso IV do art. 1º, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, desde que possua dependência instalada no respectivo Município, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

§ 2º A Cooperativa poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.

§ 3º A Cooperativa poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º ~~§ 2º~~ Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais ~~ou~~ de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

~~Art. 3º A Cooperativa, ao se filiar à Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo, integra, com esta e as demais filiadas, o~~ O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – (Sicoob), é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas ~~(políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).~~

Comentado [LDSO3]: O texto final deste artigo foi transferido para o § 2º

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

§ 1º O Sicoob é integrado:

- I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);
- III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.

§ 2º A Cooperativa, ao filiar-se à Central _____, integra o Sicoob, regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

§ 3º ~~Parágrafo único.~~ A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada ~~a adesão ao sistema de garantias recíprocas~~ a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – (Banco Sicoob) perante o BNDES, FINAME e ~~a adesão ao sistema de garantias recíprocas~~, nos termos deste Estatuto Social. ~~disposta no capítulo seguinte.~~

~~Art. 4º O Sicoob é um sistema nacional de cooperativas de crédito e se caracteriza como um conjunto de diretrizes e normas deliberadas pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis à própria Confederação, às cooperativas centrais e singulares filiadas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades.~~

Art. 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela Cooperativa, de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO4]: Este inciso era o Art. 5º do estatuto vigente, foi realizado somente uma alteração, conforme o padrão do modelo CCS atual.

Contudo, o Art. 3º anterior passou a ser § 2º desse mesmo artigo.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

condição profissional.

Art. 5º A *Cooperativa*, por integrar o Sicoob e estar filiada à Central _____, sujeita-se às seguintes regras:

~~I. — pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. Sicoob Confederação;~~

I. aceitação da prerrogativa do Sicoob Central ES representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;

~~II. — pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação;~~

II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;

~~III. — pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais mencionadas no inciso II acima;~~

III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central ES e demais normativos;

~~IV. — pelas instituições vinculadas ao Sicoob.~~

IV. acesso, pelo Sicoob Central ES ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;

V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo Sicoob Central ES ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.

§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária adesão/aprovação pela Cooperativa apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

§ 7º A Cooperativa é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

Comentado [LDSO5]: No estatuto vigente este § consta no art. 96 (Ouvidoria)

§ 8º A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação, e seu uso observará regulamentação própria.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES ~~DO SISTEMA DE GARANTIAS RECÍPROCAS~~

Art. 4º ~~Art. 8º~~ A Cooperativa, conforme disposições legais e normativas acerca de obrigações solidárias, aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas, responde solidariamente com seu patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, pela:

I. insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pelo Sicoob Central ES;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

II. inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Central.

Parágrafo único. A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser invocada diretamente pelo Sicoob Central ES ou por qualquer outra filiada, desde que aquela que invocar não tenha dado causa às hipóteses de insuficiência ou inadimplência referidas nos incisos anteriores.

Art. 5º A filiação ao Sicoob Central ES importa, automaticamente, solidariedade da *Cooperativa*, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da *Cooperativa* ou do conjunto das demais filiações, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

Comentado [LDSO6]: Art. 5º do modelo do CCS corresponde ao Art. 10 do estatuto vigente, ocorrendo apenas a troca de posição.

§ 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da *Cooperativa*, pelas obrigações mencionadas no *caput* deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiações a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria *Cooperativa* a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

Art. 6º A Cooperativa responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Central do Sicoob ES perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.

Comentado [LDSO7]: Art. 6º do modelo do CCS corresponde ao Art. 11 do estatuto vigente, ocorrendo apenas a troca de posição.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**CAPÍTULO V
DO REGIME DE COGESTÃO**

Art. 9º A Cooperativa pode ser assistida, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, pela Cooperativa Central de Crédito do ES para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria sociedade, devendo ser observadas as seguintes condições:

I. celebração de convênio entre a Cooperativa e a eventual cogestora, a ser referendado pela assembleia geral, estabelecendo, pelo menos, a caracterização das situações consideradas de risco que justifiquem a implantação do regime de cogestão, o rito dessa implantação por iniciativa da entidade cogestora e o regimento a ser observado durante a cogestão; e

II. realização, no prazo de até 1 (um) ano da implantação da cogestão, de assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a manutenção desse regime e da adoção de outras medidas julgadas necessárias.

Comentado [LDSO8]: Não consta no modelo do CCS, mas orientamos manter esta previsão.

**TÍTULO II
DOS ASSOCIADOS**

**CAPÍTULO I
DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO
DA ÁREA DE ATUAÇÃO**

Art. 7º ~~Art. 12~~ Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais, ~~ou~~ jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos ~~em município integrante da área de ação da cooperativa ou em qualquer outro município do no~~ território nacional, ~~uma vez que a cooperativa possui condições de reunião, controle, realização de operações e prestação de serviços junto aos seus associados, não sendo permitida a abertura de postos de~~

Comentado [LDSO9]: Novo texto do Art. 7º de acordo com o modelo sistêmico.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~atendimento na área de admissão quando não estiver contida na área de atuação.~~

§ 1º ~~Art. 14~~ O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 2º ~~Art. 13~~ Não podem ~~associar-se~~ ~~ingressar na Cooperativa~~ as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas ~~que exerçam~~ atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria Cooperativa, ~~assim definidas pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação em vigor.~~

§ 3º A possibilidade de associação descrita no *caput* engloba também os conselhos de fiscalização profissional.

Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.

§ 1º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.

§ 2º O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 9º ~~Art. 16~~ São direitos dos associados:

~~I. tomar parte nas pré-assembleias, discutir os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;~~

Comentado [LDSO10]: Art. 9º do modelo do CCS corresponde ao Art. 16 do estatuto vigente, ocorrendo a troca de posição e algumas alterações textuais.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

I. escolher os delegados da Cooperativa, conforme disposto neste Estatuto Social e em regulamento próprio, podendo participar das Assembleias Gerais sem direito a voz e voto;

~~II. comparecer às Assembleias Gerais, privados, contudo, de voz e voto;~~

~~III. sendo delegado, tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias;~~

~~IV. votar para delegado;~~

II. ~~V.~~ ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;

III. ~~VI.~~ propor, por escrito, ~~ao presidente do Conselho de Administração~~, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;

IV. ~~VII.~~ beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;

V. ~~VIII.~~ examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;

~~IX. resgatar capital, juros e sobras nos termos deste estatuto;~~

VI. ~~X.~~ tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;

VII. ~~XI.~~ demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

~~§ 1º. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego;~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 430/2009.~~

§ 1º. O delegado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 2º ~~Parágrafo único.~~ Não pode votar e nem ser votado o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à *Cooperativa*.

Comentado [LDSO11]: Este § não consta no modelo do CCS, sugerimos manter.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 10. ~~Art. 17~~ São deveres dos associados:

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa*;
- II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da *Cooperativa*;
- IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na *Cooperativa*, mantendo suas informações cadastrais atualizadas;
- VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa* para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

VII. ~~VIII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;~~

VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da *Cooperativa*

Comentado [LDSO12]: Art. 10 do modelo do CCS refere-se ao Art. 17 do estatuto vigente e exclui o inciso VIII do instrumento atual.

CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA DEMISSÃO

Art. 11. Art. 18 A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

Comentado [LDSO13]: Art. 18 passou a ser o Art. 11, sendo feito apenas uma modificação de posição dos artigos.

§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.

§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a *Cooperativa*, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na *Cooperativa*.

SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Art. 12. ~~Art. 19.~~ A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração **legal** ou estatutária ou ainda quando:

I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, **inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;**

II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, **atrasos constantes e relevantes** em operações de crédito e operações baixadas em **prejuízo** na Cooperativa;

~~III. deixar de cumprir com os deveres expostos neste Estatuto;~~

~~III. **IV.**~~ deixar de honrar qualquer compromisso perante a *Cooperativa*, ou terceiro, **para o** ~~ne~~ qual a Cooperativa tenha prestado **qualquer espécie de** garantia e **venha ser pela qual ela seja** obrigada a **honrá-la honrar** em decorrência da inadimplência do associado;

~~IV. **V.**~~ divulgar **estiver divulgando** entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.

§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração.

§ 2º ~~§ 1º~~ O associado será notificado por meio de carta, **e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar em que esteja** descrito o que motivou a eliminação por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO14]: Art. 19 passou a ser Art 12, sendo realizado a modificação de posição e de escrita, tendo em base o novo modelo da CCS.

Comentado [LDSO15]: O texto suprimido do inciso II não consta no modelo do CCS, mas sugerimos avaliar a permanência ou não.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~§ 2º O associado que não for localizado no endereço constante na ficha cadastral será notificado por meio de edital em jornal local de ampla circulação.~~

§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da carta da publicação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 13. Art. 20 A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte da pessoa natural;
- III. incapacidade civil não suprida;
- IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na *Cooperativa*.

Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADE E DA READMISSÃO

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Art. 14. ~~Art. 21~~ A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.

§ 1º ~~Parágrafo único.~~ Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 2º As obrigações contraídas por associados com a *Cooperativa*, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

Art. 15. ~~Art. 23~~ A readmissão de associado desligado será deliberada pelo Conselho de Administração, que fixará os critérios de reingresso.

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 16. ~~Art. 24~~ O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

vigente.

§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.

Art. 17. ~~Art. 25~~ No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, no mínimo 01 (uma) quota-parte.

§ 1º Para aumento contínuo de capital social, os associados **subscreverão e integralização, mensalmente, no mínimo _____** ~~poderão subscrever e integralizar~~ quotas-partes.

§ 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.

§ 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. ~~24~~ 14, deste Estatuto Social.

§ 4º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.

Art. 18. § 5º O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na Cooperativa desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar ~~no mínimo 01 (uma) quota-parte de R\$ 1,00 (um real) cada~~ o capital social mínimo previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. § 6º Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

SEÇÃO II

DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 19. ~~Art. 26~~ No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, bem como se mantenha aderente ao respectivo pacote de serviços, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 01 (uma) quota-parte de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 1,00 (um real).

§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a Cooperativa aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a Cooperativa, na forma da regulamentação em vigor.

~~§ 2º O associado pessoa natural que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da Cooperativa.~~

CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

SEÇÃO I DO RESGATE ORDINÁRIO

Art. 20. ~~Art. 29.~~ Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver, e do valor decorrente de conversão e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

Comentado [LDSO16]: Esta previsão constava no Art.29 do estatuto vigente.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~I. a devolução das quotas partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;~~

Comentado [LDSO17]: Transferido para a letra "a" do inciso III do Art. 20.

- I. a *Cooperativa* poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;
- II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da *Cooperativa* e desde que cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;
- III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:

a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;

b) ~~II.~~ em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 48 (quarenta e oito) meses, em parcelas mensais e consecutivas; ~~devendo o Conselho de Administração fixar o valor da parcela mínima;~~

c) ~~III.~~ os herdeiros ~~ou sucessores~~ de associado falecido, ~~mediante apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário,~~ terão o direito de receber valores das quotas-partes do capital e demais créditos, ~~deduzidos os eventuais débitos~~ existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso III,c ↓ deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

~~IV. — os sócios, e ainda os herdeiros ou sucessores dos sócios, mediante distrato social, declaração de extinção, apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário, terão o direito de receber valores das quotas-partes do capital e demais créditos, deduzidos os eventuais débitos existentes em nome do de cujus, atendidos os requisitos legais apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso I deste artigo;~~

Comentado [LDSO18]: Texto não previsto no modelo do CCS.

d) ~~V.~~ os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a *Cooperativa* tomar todas as providências cabíveis ao caso.

§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.

~~**Parágrafo Único.** Ocorrendo desligamento em que o resgate do capital possa afetar a estabilidade econômico financeira da Cooperativa, o resgate poderá ser parcelado nos limites e condições do art. 29, II, III e IV em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade, a critério do Conselho de Administração.~~

Comentado [LDSO19]: Texto não previsto no modelo do CCS.

Art. 30 Nos casos em que o valor a ser restituído ao associado desligado não ultrapassar a 0,005% do saldo da conta capital da cooperativa verificado no fechamento do mês anterior ao desligamento, a Cooperativa poderá efetuar o pagamento ao associado, por decisão do Conselho de Administração, antes da realização da assembleia geral responsável por aprovar as contas do exercício, desde que:

Comentado [LDSO20]: Texto não previsto no modelo do CCS, manter o texto do estatuto vigente.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

- I. o resultado parcial do exercício em que se der o desligamento apresente sobras;
- II. o resultado parcial apresentar perdas, mas houver fundo de reserva suficiente para a sua cobertura;
- III. não existam perdas a compensar com sobras futuras.

Parágrafo único. Nas mesmas condições estabelecidas para o caput deste artigo, independentemente do valor do capital social a ser restituído, em caso de exclusão do associado, a Cooperativa poderá efetuar a restituição, por decisão do Conselho de Administração, antes da realização da assembleia geral responsável por aprovar as contas do exercício, podendo, inclusive, realizá-la em parcela única.

~~Art. 31 Eventuais débitos vencidos ou vincendos do associado com a Cooperativa poderão, a critério do Conselho de Administração, antes da aprovação das contas pela Assembleia Geral, ser deduzidos do montante das respectivas quotas partes, resguardados os limites operacionais previstos nas normas vigentes.~~

§ 3º ~~Art. 32~~ Os saldos ~~valores~~ de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos ~~que não forem resgatados em até 6 (seis) anos,~~ serão revertidos para o Fundo de Reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.

SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL

~~Art. 21. O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, tiver no mínimo ____ (por extenso) anos de idade e pelo menos ____ (por extenso) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas partes, no valor máximo de ____ % (por extenso) por mês, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração (ou da Diretoria, no caso de não haver Conselho de Administração) e da preservação, além do número mínimo~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO21]: Previsão semelhante, constante no Art. 20, II.

Comentado [LDSO22]: Sugestão manter o texto do estatuto vigente, constante no art. 33.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

~~de quotas partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.~~

~~§ 1º O associado pessoa jurídica não fará jus ao resgate eventual.~~

§ 2º Em caso de aprovação do resgate eventual solicitado pelo associado, a *Cooperativa* promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.

**SEÇÃO II
DO RESGATE ORDINÁRIO**

Art. 29. No caso de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:

I. a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;

II. em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 48 (quarenta e oito) meses, em parcelas mensais e consecutivas devendo o Conselho de Administração fixar o valor da parcela mínima;

III. os herdeiros ou sucessores de associado falecido, mediante apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário, terão o direito de receber valores das quotas-partes do capital e demais créditos, deduzidos os eventuais débitos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no inciso I deste artigo;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

IV. os sócios, e ainda os herdeiros ou sucessores dos sócios, mediante distrato social, declaração de extinção, apresentação de alvará judicial, formal de partilha ou escritura pública de inventário, terão o direito de receber valores das quotas-partes do capital e demais créditos, deduzidos os eventuais débitos existentes em nome do de cujus, atendidos os requisitos legais apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado falecido ao disposto no artigo 30;

V. os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Ocorrendo desligamento em que o resgate do capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, o resgate poderá ser parcelado nos limites e condições do art. 29, II, III e IV em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade, a critério do Conselho de Administração.

SEÇÃO III DO RESGATE EVENTUAL

Art. 33 O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social e não estiver inadimplente perante a *Cooperativa*, poderá solicitar o resgate parcial do capital social que integralizou, deduzido o capital mínimo de ingresso e garantida a manutenção de todos os direitos sociais, nas seguintes condições:

- I.** no caso de associado pessoa natural:
 - a)** estar declarado aposentado por invalidez pela previdência oficial, mediante comprovação;
 - b)** ter entre 16 (dezesseis) e 25 (vinte e cinco) anos de idade com no mínimo 5 anos de associação.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

c) possuir 65 (sessenta e cinco) anos de idade e ter, no mínimo, 10 (dez) anos de associação na *Cooperativa*;

d) ter, no mínimo, 30 (trinta) anos de associação na *Cooperativa*.

II. no caso de associado pessoa jurídica, após 15 (quinze) anos de associação na *Cooperativa*.

§ 1º O resgate a ser realizado nas condições deste artigo poderá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, conforme deliberação do Conselho de Administração, que dependerá da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, sendo o resgate parcial solicitado pelo associado, condicionado, ainda, à autorização específica do Conselho de Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade e demais condições normativas.

§ 2º. O presente resgate não está condicionado a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o pedido do associado, e será acrescido da respectiva atualização monetária, calculada desde a data da primeira parcela restituída até o dia útil anterior à devolução de cada parcela.

§ 3º. Tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual, vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto.

TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

CAPÍTULO I DO BALANÇO, DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 22. Art. 34 O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também,

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO23]: Art. 33 passou a ser Art.21, o modelo do CCS sugere texto distinto do estatuto vigente, mas prevendo que a Cooperativa poderá adotar outros requisitos mais restritivos para o resgate eventual, bastando adequar o caput do artigo. Sugerimos manter as condições previstas neste artigo.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

ser elaborados balancetes de verificação mensais, **devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:**

§ 1º. ~~Art. 35~~ As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

I. pela ~~distribuição~~ **destinação** ~~entre~~ aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa*, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;

II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;

~~III. pela manutenção na conta “sobras/perdas acumuladas”; ou~~

III. pela constituição de reservas;

~~IV. pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.~~

~~**Art. 36** As perdas apuradas no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, no caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:~~

IV. pela ~~mediante~~ compensação **de perdas** de ~~por meio de sobras dos~~ exercícios anteriores ~~seguintes~~, desde que a *Cooperativa*:

- a) ~~se~~ mantenha ~~se~~ ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
- b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, **conforme rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;**

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

- c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.

§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:

- I. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;
- II. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para este fim;
- III. ~~II. rateado mediante rateio~~ entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas na alínea anterior forem insuficientes e considerando-se as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II DOS FUNDOS

Art.23. Art. 37 Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os Fundos Obrigatórios:

- I. 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da *Cooperativa*; *(Observar o mínimo de 10% para constituição do Fundo)*
- II. 05% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da *Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação. (Observar o mínimo de 5% para constituição do Fundo e a que inclusão dos empregados e da comunidade fica a critério da Cooperativa)*

Comentado [LDSO24]: Orientação da Central é não expandir para a comunidade.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

III. 01% (um por cento) para o Fundo de Investimento Social – FIS, destinado a desenvolver e apoiar atividades de cunho social, educacional, ambiental, cultural e esportivo que contribua para a qualidade de vida e o desenvolvimento das pessoas, entidades sociais e comunidades das localidades onde a cooperativa esteja inserida com as definições acerca dos fins específicos, aplicação e liquidação a ser definido em regulamento próprio por deliberação do conselho de administração da Cooperativa.

~~§ 1º Os serviços a serem atendidos pelo FATES poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas ou privadas.~~

Comentado [LDSO25]: Não constam no modelo do CCS.

~~§ 2º Os resultados das operações com não associados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específica serão levados à conta do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos.~~

~~Art. 38 Os fundos obrigatórios constituídos são indivisíveis entre os associados, mesmo nos casos de dissolução ou de liquidação da Cooperativa, hipótese em que serão recolhidos à União ou terão outra destinação, conforme previsão legal.~~

§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.

Comentado [LDSO26]: Orientação da Central é não adotar este §.

§ 2º ~~Art. 39~~ Além dos fundos previstos nos incisos I e II deste artigo ~~no artigo 37~~, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

TÍTULO V

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

~~**Art. 40** A Cooperativa poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.~~

Comentado [LDSO27]: Texto não previsto no modelo do CCS.

~~**§ 1º** A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvados a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração.~~

~~**§ 2º** Ressalvado o disposto no §1º deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e a não associados.~~

~~**§ 3º** As operações de depósitos à vista e a prazo, e de concessão de créditos obedecerão aos normativos aprovados pelo Conselho de Administração, pelo Sicoob Central ES e pelo Sicoob Confederação.~~

~~**Art. 41** A cooperativa pode participar do capital de outras instituições, desde que respeitadas a legislação e a regulamentação em vigor.~~

Art. 24. Art. 42 A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Diretoria Executiva; e
- IV. Conselho Fiscal.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

**CAPÍTULO II
DA ASSEMBLEIA GERAL**

**SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO**

Art. 25. ~~Art. 44~~ A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

§ 2º O Sicoob Central ES, poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

§ 3º O Sicoob Central ES poderá, mediante decisão do respectivo **Conselho órgão** de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**SEÇÃO II
DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO**

~~Art. 43~~ A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

~~§ 1º~~ As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.

~~§ 2º~~ A forma de lavratura das atas consta em normativo específico e deve ser observada pela Cooperativa.

Art. 26. ~~Art. 45~~ A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores. primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:

- ~~I. afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;~~
- ~~II. publicação em jornal de circulação regular, e~~
- ~~III. comunicação formal aos delegados.~~

Parágrafo único. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO28]: Texto não previsto no modelo do CCS.

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS

SEÇÃO III
DO EDITAL

Art. 27. ~~Art. 46-O~~ De edital de convocação da Assembleia Geral ~~deverá~~ ~~deve~~ conter no mínimo: ~~o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:~~

- I. a denominação social completa da *Cooperativa*, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida ~~de indicação de que se trata de edital de~~ ~~da expressão~~ "Convocação ~~da~~ de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária";
- II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;
- III. ~~II-~~ o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- IV. ~~III-~~ a sequência numérica das convocações e o *quórum* de instalação;
- V. os assuntos que serão objeto de deliberação;
- VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados (*ou delegados*), no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;
- VII. os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;
- III. ~~— a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma de estatuto, a indicação precisa da matéria;~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~IV. — o número de delegados existentes na data da expedição, para efeito de cálculo de quórum de instalação;~~

VIII. ~~V.~~ o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social ~~art. 44.~~

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento ~~por meio do qual foi requerida que a solicitou.~~

SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Art. 28. ~~Art. 47~~ O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presença da assembleia, é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) dos delegados, em primeira convocação;
- II. metade mais 1 (um) dos delegados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) delegados, em terceira e última convocação.

Parágrafo único. Não se conseguindo realizar Assembleia Geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data. Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para reformar o estatuto social da Cooperativa, extinguindo o instituto da representação por delegados.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Art. 29. Art.-48 Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, ~~um delegado indicado pelos presentes~~ um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um delegado indicado pelos presentes na Assembleia.

§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação ~~por associado escolhido na ocasião~~ e secretariados por delegado escolhido na ocasião ~~outra convidado pelo primeiro~~.

§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central ES, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da Central e secretariados por convidado pelo primeiro.

§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher ~~indicar~~ empregado ou delegado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

Art. 30. Art.-49 Nas assembleias gerais os associados serão representados por 100 (cem) delegados, eleitos pelo método do quociente eleitoral, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

§ 1º Define-se quociente eleitoral como o resultado da divisão do número total de associados pelo número total de vagas para delegados fixado no caput, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~§ 2º O mandato dos delegados não poderá ser coincidente com o mandato do Conselho de Administração.~~

§ 2º § 3º Cada Seccional receberá, inicialmente, o número de delegados resultante da divisão do número de associados daquela Seccional pelo quociente eleitoral, desprezada a fração.

§ 3º A *Cooperativa*, mediante edital, convocará todos os associados para inscrição dos interessados em se candidatar.

~~§ 4º Para cada grupo seccional será eleito, em reunião convocada para este fim, entre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, respeitando os critérios previstos neste Estatuto e em Regulamento próprio, no mínimo 01 (um) Delegado efetivo.~~

~~§ 5º O processo de eleições de delegados será disciplinado em regulamento eleitoral da *Cooperativa*.~~

§ 4º A *Cooperativa*, mediante edital no qual se fará referência aos princípios definidos neste artigo, convocará todos os associados, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para inscrição dos interessados em se candidatar. Encerrado o prazo de inscrição, divulgará, para todo o corpo social, os nomes dos candidatos inscritos por grupo seccional.

~~§ 5º Nas Assembleias Gerais, os delegados estão vinculados às deliberações das respectivas seccionais que representam, sempre que as matérias tiverem sido votadas nesses fóruns, conforme registro em ata de reunião prévia (ou pré-assembly, conforme nomenclatura utilizada), sendo desconsiderados eventuais votos contrários a essas decisões.~~

§ 6º As demais disposições relativas à eleição, às Seccionais e ao exercício do cargo de delegados serão estabelecidas em regulamento próprio.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO29]: Orientação da Central é não adotar este §.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**SEÇÃO VI
DO FUNCIONAMENTO**

**SUBSEÇÃO II
DO VOTO**

Art. 31. ~~Art. 52~~ Em regra a votação será aberta ~~ou por aclamação~~, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, ~~atendendo inclusive a regulamentação própria.~~

~~§ 1º As decisões serão tomadas pelo voto pessoal dos delegados presentes, com direito a votar, tendo cada delegado um voto, vedada a representação por meio de mandatários.~~

§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer delegados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos delegados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, **enumerados no art. 36**, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.

~~§ 3º As decisões sobre eleições para os conselhos, desde que haja mais de uma chapa concorrente, destituições e recursos serão tomadas em votação secreta.~~

**SUBSEÇÃO III
DA SESSÃO PERMANENTE**

Art. 32. ~~Art. 53~~ A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício; e
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação

SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES

Art. 33 ~~Art. 54~~ É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:

- ~~I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;~~
- II ~~I.~~ destituição de membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal;
- III. ~~II.~~ aprovação do regulamento eleitoral da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- IV. aprovação do regulamento de eleição de delegados;
- V. ~~III.~~ julgamento de ~~juízo~~ recurso do associado que não concordar com a eliminação nos termos do art. 12, § 3º ~~19, §1º~~ deste Estatuto Social;
- VI. ~~IV.~~ filiação e demissão da Cooperativa à Central.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO30]: No estatuto vigente esta prerrogativa é do CA.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Art. 34. ~~Art. 55~~ A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço;
 - c) relatório da auditoria independente;
 - d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.
- II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas **no exercício findo**;
- III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
- IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, **quando for o caso**;
- V. **por ocasião da eleição e quando prevista a alteração**, fixação do valor **global para pagamento** das cédulas de presença, honorários e gratificações **e demais remunerações** dos membros do Conselho de Administração e, **cédula de presença dos membros** do Conselho Fiscal;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~V. — fixação, do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;~~

VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;

VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no Edital de Convocação, excluídos os enumerados no art. 38 ~~58~~ deste Estatuto Social.

~~Parágrafo único Art. 56~~ A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 35. ~~Art. 57~~ A Assembleia Geral extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:

~~Art. 58 É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:~~

- I. reforma do estatuto social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

V. prestação de contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

**CAPÍTULO V
DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 36. O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da *Cooperativa* seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, bem como no respectivo regulamento eleitoral, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício de cargo estatutário:

- I. exceto no caso de diretor executivo, ser associado, pessoa natural da *Cooperativa*;
- II. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;
- IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

documentos e declaração firmada pela *Cooperativa*, providências essas dispensadas nos casos de reeleição;

- V. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;
- VI. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.

§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na *Cooperativa* em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.

§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, entende-se por cargo político:

- I. posto eletivo: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente;
- II. membro de executiva partidária: as pessoas que, filiadas a um determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;
- III. posto nomeado, designado ou delegado: aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).

§ 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS

SEÇÃO II ~~IV~~
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DO ~~MANDATO~~ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 37. ~~Art. 65~~ O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente. ~~sendo um presidente, um vice-presidente e os demais conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa.~~

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente e o vice-presidente, serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral.

SUBSEÇÃO II
DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 38. ~~Art. 66~~ O mandato do Conselho de Administração é de 04 (quatro) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SUBSEÇÃO II ~~III~~
DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 39. ~~Art. 67~~ O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.

§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

§ 2º. Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

SUBSEÇÃO III ~~IV~~ DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a *Cooperativa* deve observar as seguintes disposições:

- I. ~~Art. 69~~ nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) ~~90 (noventa)~~ dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;
- II. ~~Art. 70~~ nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ~~90 (noventa)~~ corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre

Comentado [LDSO31]: No modelo do CCS traz um prazo de 60 dias, o estatuto vigente prevê 90 dias.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

seus membros; ~~ad referendum da primeira Assembleia Geral que se realizar, exceto nos casos específicos previstos no Regulamento Eleitoral.~~

III Art. 68 Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:

- A) ~~I.~~** morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;
- B) ~~II.~~** renúncia;
- C) ~~III.~~** destituição;
- D) ~~IV.~~** não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) ~~5 (cinco)~~ alternadas durante o exercício social;
- E) ~~V.~~** patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- ~~**VI.** tornar-se inelegível ou não mais reunir as condições básicas para o exercício de cargo estatutário, definidos no art. 62 deste Estatuto Social, nos casos não regularizados até 90 (noventa) dias contados à partir da formalização recebida;~~
- F) ~~VII.~~** desligamento do quadro de associados da *Cooperativa*;
- ~~**VIII.** posse em cargo político partidário.~~
- ~~**IX.** diplomação pelo respectivo tribunal ou junta eleitoral em cargo público eletivo.~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

G) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social.

§ 1º Parágrafo único. Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento às reuniões, as justificativas para as ausências devem ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.

~~**Art. 69** Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.~~

~~**Art. 70** Nas ausências ou impedimentos superiores a 90 (noventa) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros, *ad referendum* da primeira Assembleia Geral que se realizar, exceto nos casos específicos previstos no Regulamento Eleitoral.~~

§ 2º Art. 71 Ficando vagos, por qualquer tempo, 3 (três) ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá, ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

§ 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

§ 4º Art. 72 Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

**SUBSEÇÃO IV 
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Art. 41-Art. 73 Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;

II. eleger, ~~reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitada absoluta de seus membros, os membros da Diretoria Executiva, para aprovação do Banco Central do Brasil, observadas as qualificações técnicas e competências previamente estabelecidas, bem como fixar, limitados~~ ao valor global definido pela Assembleia Geral, ~~e conforme a política de remuneração os valores individuais da cédula de presença, os honorários, as gratificações e benefícios~~ dos membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, ~~conforme o caso;~~

~~III. decidir, por maioria absoluta de seus membros, pela recondução ou destituição, a qualquer tempo dos membros da Diretoria Executiva;~~

~~IV. estabelecer e deliberar, por maioria absoluta de seus membros, as competências do Diretor sem designação específica, de acordo com a necessidade organizacional;~~

~~V. decidir pela redistribuição das competências dos cargos de Diretor Executivo, Diretor Operacional, e Diretor de Negócios, quando atendido o inciso XXIX acima;~~

III ~~VI.~~ fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;

IV. ~~VII.~~ aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

V VIII. propor à Assembleia Geral qualquer assunto para deliberação., ~~e Regulamento Eleitoral do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e Regulamento Eleitoral de Delegados, e para a Assembleia Geral Extraordinária, a mudança de Estatuto Social;~~

VI IX. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);

VII X. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a constituição de fundos;

VIII XI. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;

IX XII. propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, ~~inclusive bancos cooperativos;~~

X. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);

XI. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;

XII XIII. deliberar sobre a admissão, a eliminação, ~~a exclusão e readmissão~~ de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;

XIII XIV. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;

XIV. ~~escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;~~

XV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controle Interno, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO32]: Sugestão não adotar, competência atribuída à Central.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando as apurações e as providências cabíveis;

XVI. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas naturais e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar ~~possuam~~ procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;

XVII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e a cooperativa central a qual estiver filiada associada;

XVIII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de ~~ou~~ imóveis, não de uso próprio ~~uso próprio ou não,~~ podendo estabelecer regras e condições para observância da Diretoria para os referidos casos;

XIX. deliberar sobre a abertura, e o fechamento, de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs). ~~a transferência ou a mudança de endereço dos pontos de atendimento da Cooperativa, nos termos da legislação vigente;~~

~~XX.~~ deliberar sobre aquisição e alienação de quotas de capital social de instituições cooperativas ou não, inclusive bancos cooperativos;

~~XXI.~~ deliberar acerca do pagamento da remuneração sobre as quotas partes de capital, estipulando os juros, a periodicidade e a forma de pagamento nos termos da legislação em vigor;

~~XXII.~~ Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

~~Parágrafo único. As atribuições designadas ao Conselho de Administração, assim como ao seu Presidente e Vice-Presidente, ou mesmo para seus demais membros, podem ser complementadas com o disposto em Regimento Interno do Conselho de Administração.~~

Art. 42. ~~Art. 74~~ Compete ao presidente do Conselho de Administração:

I. representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas assembleias gerais da Cooperativa Central, do Banco Sicoob, do Sistema OCB, de entidades com participação societária e outras de representação do cooperativismo;

II. convocar e presidir a **Assembleia Geral** ~~as assembleias gerais, as pré-
assembleias~~ e as reuniões do Conselho de Administração;

III. decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;

IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração, ~~respeitado o regimento próprio;~~

V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;

VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração, ~~respeitado o regimento próprio;~~

~~VII. formalizar a admissão, a eliminação, a exclusão e readmissão de associados, salvo as disposições do art. 73 inciso XIII;~~

~~VIII. assinar documentos de responsabilidade do Conselho de Administração, na forma da legislação vigente;~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~IX. promover reuniões com os delegados, compartilhando informações sobre a situação da cooperativa, a fim de fortalecer a transparência da gestão, incentivar a participação e elevar o relacionamento dos mesmos com a administração da cooperativa;~~

~~X. gerir as atividades sociais da cooperativa, promovendo eventos de cunho socioambiental e cultural; e~~

~~XI. delegar competências ao Vice-Presidente ou outro Conselheiro de Administração, mediante autorização do próprio Conselho, com o respectivo registro em ata.~~

§ 1º **Parágrafo único.** Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

§ 2º **Art. 75** É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências, ~~bem como assumir outras atribuições mediante Autorização do conselho de Administração conforme previsto no Inciso XI do artigo anterior.~~

§ 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

SEÇÃO III ~~V~~ DA DIRETORIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, ~~E~~ DA COMPOSIÇÃO ~~E~~ DO MANDATO

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Art. 43. ~~Art. 76~~ A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração é composta por, no mínimo, 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) diretores, **que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas de pessoas naturais associadas**, sendo um Diretor Executivo e um Diretor Operacional, ~~e quando necessário um Diretor de Negócios e um Diretor sem designação específica.~~

Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.

~~§ 1º As competências do Diretor de Negócios já se encontram estabelecidas no presente estatuto, sendo que caso o cargo não esteja ocupado serão estas assumidas pelo Diretor Executivo.~~

~~§ 2º As competências do Diretor sem designação específica de acordo com a necessidade organizacional, serão deliberadas por maioria absoluta do Conselho de Administração, inclusive podendo haver redistribuição das competências dos cargos de Diretor Executivo, Diretor Operacional, e Diretor de Negócios, quando houver.~~

~~§ 3º O Conselho de Administração, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá destituir, substituir ou reconduzir, qualquer membro da Diretoria Executiva.~~

~~§ 4º Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.~~

SUBSEÇÃO II DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 44. ~~Art. 77~~ O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, podendo haver **recondução**, a critério do Conselho de Administração ~~recondução.~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

**SUBSEÇÃO II III
DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA
EXECUTIVA**

Art. 45. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a Cooperativa deve observar as seguintes disposições:

I. ~~Art. 78~~ Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Executivo será substituído, *nesta ordem*, pelo Diretor Operacional ou _____, *e vice-versa*, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.

~~§ 1º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no art. 68 deste Estatuto Social.~~

~~§ 2º Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Negócios, quando houver, será substituído pelo Diretor Executivo, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.~~

~~§ 3º Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor sem designação específica, quando houver, suas atribuições serão distribuídas entre os demais diretores por deliberação do Conselho de Administração.~~

II. **Art. 79** Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto, ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

~~§ 1º. Até que ocorra a recomposição do cargo em vacância o Diretor Executivo ou Operacional, o que se mantiver, continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos.~~

§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

~~§ 2º. Até que ocorra a recomposição do cargo em vacância, em existindo, sendo este o de Diretor de Negócios, suas funções serão cumuladas pelo Diretor Executivo, e sendo este o Diretor sem designação específica, suas atribuições serão distribuídas entre os demais diretores por deliberação do Conselho de Administração.~~

§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.

§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 40 ~~art. 68~~ deste Estatuto Social.

SUBSEÇÃO III-IV DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 46. ~~Art. 80~~ São competências da ~~Compete~~ à Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:

I. Diretoria Executiva:

a) ~~1.~~ adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

- b) ~~II~~** supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;
- c) ~~III~~** elaborar orçamentos para deliberação pelo Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
- d) ~~IV~~** aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração, ~~mediante assinatura de um dos diretores na Ficha de Matrícula;~~
- e) ~~V~~** deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços; ~~conforme o plano de carreira da Cooperativa;~~
- f) ~~VI~~** avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da *Cooperativa*;
- g) ~~VII~~** aprovar e divulgar, os normativos operacionais internos da Cooperativa;

~~VIII. atender, interagir e adotar medidas para saneamento dos apontamentos de Sicoob Central ES, auditorias, controles internos, órgão regulador e fiscalizadores.~~

h) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central ES e das áreas de Auditoria e Controles Internos.

~~**Parágrafo único.** As atribuições designadas a cada Diretor Executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação, e podem ser complementadas com o disposto em Regimento Interno da Diretoria Executiva.~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Parágrafo único. As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

II. diretor executivo, o principal diretor executivo da *Cooperativa*:

~~Art. 81 Compete ao Diretor Executivo, principal diretor executivo da Cooperativa:~~

- a) ~~#~~ representar a *Cooperativa* passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 43 ~~74~~, I deste Estatuto Social;
- b) ~~!~~ conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da *Cooperativa*;
- c) ~~##~~ coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- d) ~~!V~~ supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- e) ~~V~~ convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- f) ~~V!~~ outorgar mandatos a empregado da *Cooperativa* ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;
- g) ~~VII~~. auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral;

VIII. executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de produtos e serviços;

IX. acompanhar e avaliar os negócios da cooperativa propondo ao Conselho de Administração ajustes em conformidade com o direcionamento sistêmico;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

X. elaborar em conjunto com outro diretor estudos e planos de viabilidade de abertura de novos pontos de atendimento, para deliberação do Conselho de Administração;

XI. assinar em conjunto com o diretor operacional, balanços, balancetes, demonstrativos de sobras e perdas, e demais demonstrativos contábeis e financeiros;

XII. promover reuniões nos PA's e acompanhar a atuação dos gerentes junto à equipe, aos processos negociais e avaliando o desempenho, visando garantir a eficácia e a eficiência da gestão, a satisfação dos associados, e o equilíbrio do clima organizacional;

XIII. realizar visitas aos associados e clientes, ampliando os relacionamentos e a comercialização dos produtos e serviços, a fim de garantir a expansão dos negócios da cooperativa;

XIV. substituir o diretor operacional ou o diretor de negócios, quando necessário;

XV. executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração;

III. Art. 82 diretor operacional:

- a) assessorar o diretor executivo nos assuntos a ele competentes;
- b) substituir o diretor executivo, quando necessário;
- c) gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) FT), garantindo o cumprimento das determinações regulamentares;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

- d) orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- e) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. **XX**;
- f) acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;
- g) executar as políticas e diretrizes de recursos humanos e tecnologia, dirigindo os assuntos relacionados às atividades administrativas, abrangendo sistemas, patrimônio, segurança, materiais e gestão de pessoas da cooperativa;
- h) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;
- i) assinar em conjunto com o diretor executivo, balanços, balancetes, demonstrativos de sobras e perdas, e demais demonstrativos contábeis e financeiros;
- j) averbar na Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quota parte, bem como as transferências realizadas entre associados;
- k) garantir o pleno funcionamento das instalações dos PA's, assegurando todas as condições necessárias e adequadas, conforme as exigências dos órgãos-reguladores e fiscalizadores, a fim de manter a segurança e a continuidade dos negócios;
- l) promover reuniões nos PA's e acompanhar a atuação dos gerentes junto à equipe, aos processos operacionais e avaliando o desempenho, visando garantir a eficácia e a eficiência da gestão e a equilíbrio do clima organizacional;
- m) executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração;

IV. Art. 83 Compete ao diretor de negócios:

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

- a) I. responder pela implementação e gestão das estratégias de vendas e a maximização dos resultados das atividades fim, visando garantir a solidez dos negócios, a expansão dos Pontos de Atendimentos da Cooperativa e o pleno atendimento dos associados;
- b) II. implementar as estratégias comerciais da Cooperativa, analisando as ações do mercado e dos concorrentes, propondo ações a fim de ampliar os negócios da cooperativa e assegurar os resultados;
- c) III. acompanhar os Gerentes dos PA's, em visitas e conduzir o relacionamento comercial com terceiros no interesse da Cooperativa;
- d) IV. promover reuniões nos PA's e acompanhar a atuação dos gerentes junto à equipe, aos processos comerciais e operacionais, avaliando o desempenho, visando garantir a eficácia e a eficiência da gestão e o equilíbrio do clima organizacional;
- e) V. informar, tempestivamente, a Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes, bem como ocorrências no mercado local, a fim de minimizar riscos e perdas e fortalecer a imagem da cooperativa;
- f) VI. executar outras atividades não previstas no Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração.

**SUBSEÇÃO V
DA OUTORGA DE MANDATO**

Art. 84 A Cooperativa será representada, salvo competência exclusiva do presidente do conselho de administração, pela assinatura:

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

Comentado [LDSO33]: Não consta do modelo do CCS, mas é importante manter a outorga de mandato.

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

- I. conjunta de dois diretores;
- II. de um dos diretores, em conjunto com um procurador, devidamente habilitado.

Art. 85 Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Art. 86 Excepcionalmente, a representação da Cooperativa será válida mediante a assinatura de apenas um diretor, ou um procurador, nos seguintes casos:

- I. em assuntos relativos às rotinas do departamento pessoal, requerimentos junto aos Cartórios de Títulos e Documentos, de Registro de Imóveis e de Protesto, e perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- II. na assinatura de correspondência.
- III. outorga de procuração com poderes específicos.

**SUBSEÇÃO IV
DA OUTORGA DE MANDATO**

Art. 47. ~~Art. 87~~ O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:

- I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato "*ad judícia*";
- II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

III. deverá constar que o empregado da Cooperativa sempre assine em conjunto com um diretor.

~~§ 1º Excepcionalmente na hipótese de haver somente 1 (um) diretor em exercício, poderá o Conselho de Administração, junto ao diretor em exercício, outorgar mandato a empregado da Cooperativa, observadas as regras dos incisos I e II acima.~~

Parágrafo único § 2º O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos Diretores **executivos**, de mandato a empregado (ou Diretor executivo) do Sicoob Central ES.

Art. 48. Art. 85 Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

Parágrafo único § 3º Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no caput deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

~~CAPÍTULO VI DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO~~

~~SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL~~

~~SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL~~

~~SUBSEÇÃO I~~

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 49. ~~Art. 88~~ A administração da Cooperativa será fiscalizada, por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente ~~3 (três) membros suplentes~~, todos associados, eleitos a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral.

§ 1º A cada eleição, deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e ~~1 (um) membro suplente~~.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

SEÇÃO II

DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

Art. 50. ~~Art. 89~~ Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no **inciso III do art. 41** ~~art. 68~~ deste Estatuto:

§ 1º ~~Parágrafo único~~. Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.

§ 2º ~~Art. 90~~ No caso de vacância, será efetivado membro suplente, ~~obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente~~.

§ 3º ~~Art. 94~~ Ocorrendo **2 (duas) ou mais vacâncias** ~~4 (quatro) ou mais vagas~~ no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará a

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

**SEÇÃO III
DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

Art. 51. ~~Art. 92~~ O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;
- II. ~~+~~ as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.

§ 1º Na primeira reunião os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

§ 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

**SEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

Art. 52. ~~Art. 93~~ Compete ao Conselho Fiscal:

- I.** fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II.** opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da *Cooperativa*;
- III.** analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela *Cooperativa*;
- IV.** opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;
- V.** convocar os auditores internos e ~~externos~~ **os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso**, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- VI.** convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste estatuto **social**;
- VII.** comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à assembleia geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VIII.** aprovar o próprio regimento interno.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria independente Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, a às expensas da Cooperativa, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

TÍTULO VI ~~VII~~ DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

~~Art. 94. A Cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, quando assim deliberar a Assembleia Geral, se pelo menos 20 (vinte) associados não se dispuserem a assegurar a continuidade da Cooperativa.~~

~~Parágrafo único.~~ Além da deliberação espontânea da Assembleia Geral, de acordo com os termos deste artigo, acarretará a dissolução da Cooperativa:

Art. 53. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:

I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II. ~~I.~~ Pela ~~a~~ alteração de sua forma jurídica;

III. ~~II.~~ Pela ~~a~~ redução do número mínimo de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu ~~de~~ capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidas ~~as condições mínimas de número de associados e de capital social;~~

IV. ~~III.~~ Pelo ~~e~~ cancelamento da autorização para funcionar;

V. ~~IV.~~ Para ~~a~~ paralisação das atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias ~~corridos~~.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS SICOOB CREDIROCHAS

Art. 54. ~~Art. 95~~ A liquidação da sociedade obedece às normas legais e regulamentares próprias.

TÍTULO VIII DA OUIDORIA E DA AUDITORIA INTERNA

Art. 55 ~~Art. 97~~ Caberá ao Sicoob Central ES a escolha, contratação e destituição dos auditores externos, na forma da regulamentação em vigor.

Comentado [LDSO34]: Sugestão manter este dispositivo.

TÍTULO VII ~~IX~~ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS GERAIS

Art. 56. ~~Art. 98~~ As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.

Art. 57. ~~Art. 99~~ Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, ~~tanto a sua formalização quanto a sua guarda e arquivamento,~~ terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, ~~servindo a presente previsão como autorização e concordância tácita para tal,~~ sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. ~~Art. 100~~ Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Redação consolidada na forma das alterações efetuadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia xx de xxxxx de 20xx.

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIROCHAS
SICOOB CREDIROCHAS**

Cachoeiro de Itapemirim - ES, xx de xxxxxx de 20xx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Vice-Presidente

Visto do advogado:

Haynner Batista Capettini
OAB/ES 10.794